



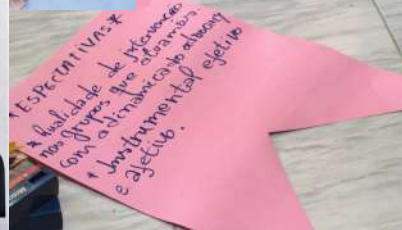
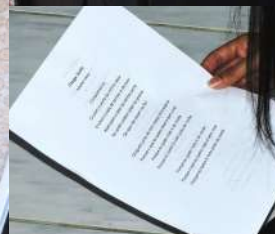
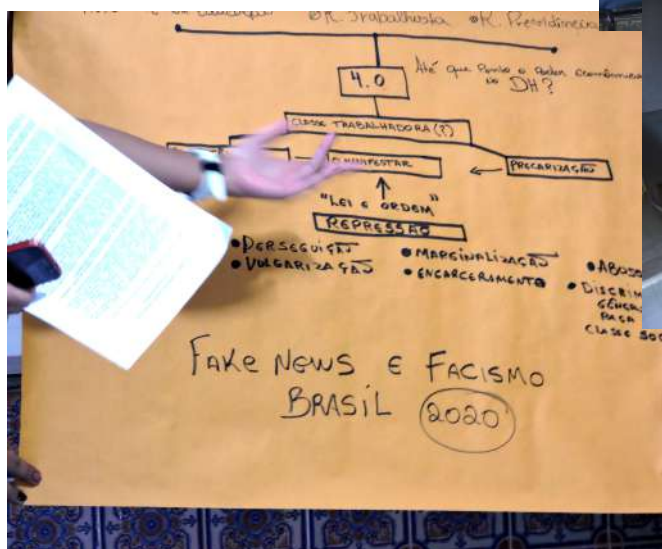
# Falando D'Hireito

Publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos  
Margarida Maria Alves

Ano 18 - nº50 - Fevereiro, Março, Abril de 2020

## Especial EDUCAÇÃO POPULAR

A Educação Popular articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais.



Vivemos tempos difíceis, momentos que desafiam não só nossa saúde, mas, também, nossa capacidade de empatia, solidariedade e coletividade.

A pandemia da Covid-19 (Coronavírus) nos trouxe o desafio de repensar nossa forma de sociedade, valores e humanidade.

Mais do que nunca, se mostra a importância de uma educação bem estruturada para construir uma sociedade melhor preparada para as adversidades e enfrentamentos. Por isso, nessa edição focamos em falar sobre Educação Popular, um campo que busca ver o ensino além da teoria e da formação profissional.

Esperamos que goste e esteja se cuidando e aos outros, juntos vamos sair mais fortes!

## Fundação Margarida Maria Alves elege nova Diretoria Executiva

Aconteceu em Março reunião do Conselho Curador, em convocação ordinária, para a eleição de nova Diretoria Executiva e composição do Conselho Curador para a gestão 2020 a 2023.

Após apresentação do Parecer do Conselho Fiscal e informes acerca das atividades atuais da Fundação, foi realizada a eleição para a Diretoria, composta por Presidente e Vice-presidente, para gestão 2020 a 2023.

Foram eleitos por unanimidade José Alexandre F. Guedes para Presidente e Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga para Vice-presidente, sendo especificado que a Vice-presidente assume todas as funções do Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Na coordenação da Fundação, em reunião da



**Acima:**

Novo Conselho Curador  
**Abaixo:** Marcina Pessoa, Maria das Graças Duarte, Alexandre Guedes e Raquel Alvarenga

equipe técnica, foram reconduzidos os nomes de Marcina Pessoa Coelho para Coordenação de Projetos e Maria das Graças Duarte para Coordenação Administrativa, os quais foram apresentados e aprovados pelo Conselho Curador.

### EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro CEP: 58011-110, João Pessoa, PB. Telefone: 3221-3014. E-mail: fundacaomargaridaalves.org.br.

Site: fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br

Jornalista responsável: Marcelo Soares (DRT 2612 /PB) - Fotos: arquivo da entidade

Tiragem: 1000 exemplares - Apoio: Misereor - Impressão: Gráfica JB

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na Conta: 122749-1, Agência: 0435-9, Banco Bradesco.



Filiada ao



**MNDH**  
MOVIMENTO NACIONAL DE  
DIREITOS HUMANOS

# Esperançar é o verbo preferido da Educação Popular

Por Edna Maria  
Educadora Popular e Doutora em Educação

Segundo o filósofo e teórico cultural da Alemanha nascido na Coreia do Sul Byung-Chul Han vivemos hoje na “sociedade do cansaço”, uma sociedade fundamentada no excesso de positividade, em que se propaga a ideia que todas as metas são alcançáveis e que todas os indivíduos podem ser “empresários de si mesmo”.

Essa forma como estamos vivendo, endeusando a economia, produtividade, sacrificando seres humanos, provocando pandemias, depressão, fome, racismo, violência de gênero, intolerância religiosa, xenofobia, lgbtqifobia, agredindo constantemente o planeta, está nos matando e dizimando as populações nativas e das periferias.

Precisamos dar um F5 (atualizar), precisamos construir outro tipo de sociedade, mais solidária, justa, democrática, humana, e para isso precisamos de um instrumento que continua nos ajudando a estabelecer diálogos com as classes populares: a Educação Popular de viés Paulofreireana.

A Educação Popular é uma educação que tem uma predileção pelos grupos populares, pela classe trabalhadora. É uma educação que ajuda as pessoas a compreenderem a história da sua vida em sintonia com a história da humanidade de forma dialética, ou seja, sempre em movimento, num processo de constante mudança e não de forma predeterminada

Se a vida e a história estão em movimento, então há inúmeras possibilidades de construir uma vida melhor para todas as pessoas em especial os mais pobres. Esperançar é verbo, é movimento. Façamos!

A Educação Popular concebe o ser humano mulher/homem como seres de relações, sujeitos que se reconhecem no mundo como incompletos vivendo e fazendo histórias e culturas. Sempre em busca de algo que os ajude a “ser mais”, porém não apenas de forma individual como prega o neoliberalismo, mas de forma coletiva, preferencialmente, procurando superar todas as formas de desigualdade que os impulsiona sempre para o



**Edna Maria**

“ser menos”. É tempo de “reinventar”.

Saindo da quarentena vamos voltar e formar grupos de estudos, nas Associações, Igrejas, partidos, movimentos sociais e populares, Ongs, grupos de jovens, de mulheres, de idosos, estudar os princípios da Educação Popular que continuam universais, reinventar Paulo Freire, reinventar as metodologias que precisam ser resignificadas/atualizadas de acordo com as novas exigências, demandas, públicos, conjunturas e pandemias.

## Tese de Doutorado analisa Curso de Formação de Juristas Populares

Com o objetivo de conhecer e compreender o Jurista Leigo/Popular, as entidades formadoras deles (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais/BA e Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves/PB), e outros aspectos envolvidos na formação, a Professora **Sirley Aparecida de Souza** realizou a tese **Educação Jurídica Popular: Identidade e protagonismo de novos sujeitos de Direito**, pela **Universidade Federal de Goiás**. O estudo foi requisito para obtenção de título de **Doutora em Educação** na Linha de Pesquisa: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais.

Segundo Sirley, seu estudo concluiu que “há entidades Não-Governamentais propondo e desenvolvendo através da metodologia de Paulo Freire, o desencastelamento do Direito por meio de uma Educação Jurídica Popular Libertadora; e os beneficiários declaram que puderam acessar os seus direitos, sem intermediários. Enfim, é possível pensar o Direito e a Educação Jurídica Popular sob outro aspecto, senão, aquele



Professora Sirley Aparecida de Souza - Foto: Renato Sardinha - (LUDENS/CEPAE/UFG/2019)

proposto pela estrutura oficial de ensino”.

O trabalho foi defendido em 2019 após uma extensa pesquisa documental, bibliográfica, oral e visitas as entidades que realizam os cursos de formação, sendo duas visitas realizadas à Fundação Margarida Maria Alves para conversas com a equipe e alguns beneficiários do projeto e participação no **Encontro Estadual de Juristas Populares**, em maio de 2019. O propósito foi conhecer o currículo, metodologias, processo ensino-aprendizagem e os impactos desses saberes jurídicos sobre as comunidades de origem dos sujeitos investigados.

Sirley aponta que seu interesse pela formação

jurídica/leiga popular veio pelo contato com seu orientador de Doutorado.

“Tive a satisfação de encontrar um orientador, já no Doutorado, totalmente sensível aos Movimentos Sociais e muito curioso para entender um pouco mais sobre o modo pelo qual se dá a formação do Jurista Popular/Leigo. Professor Jadir Pessoa, sociólogo e com Doutorado na área da Educação, foi ele quem provocou em mim o desejo de pesquisar sobre a formação deste sujeito de Direitos. Assim, fiz um levantamento no Brasil sobre as entidades que oferecem este Curso de Formação, as duas entidades foram escolhidas pelo critério do tempo e regularidade na oferta dos Cursos de Formação”, aponta.

Ela ressalta que o que mais chamou sua atenção na pesquisa foi o protagonismo do Jurista Popular. "Fiquei admirada com os impactos da formação na vida pessoal dos juristas e de suas comunidades. Alguns desses sujeitos me emocionaram: Águida, Severino, Josy Silva, Odete e Renildo, por exemplo, são histórias de vidas transformadas pelo Curso de Formação".

Para a professora, a maior dificuldade em todo o processo foi à distância geográfica, o que encarecia os custos para as visitas. "Gostaria de estar mais perto da AATR, por exemplo. O desejável era que eu tivesse tido a oportunidade de visitar os Juristas Leigos e acompanhá-los, ao menos parte do Curso de Formação ofertado pela entidade. Infelizmente, não pude devido aos custos. Sem

ajuda financeira fica quase impossível desenvolver pesquisa".

Sobre a Educação Popular no país, ela ressalta que apesar de todas as dificuldades, vê com satisfação a situação.

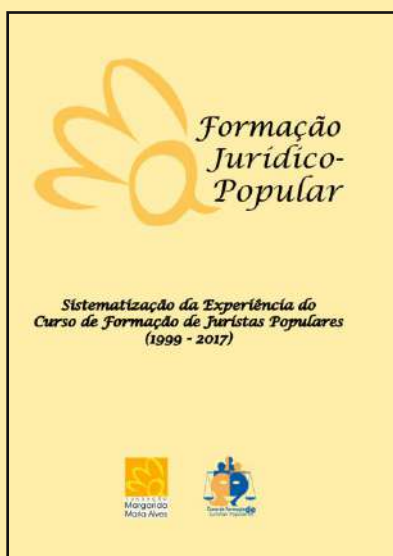
"Se pudesse resumir a situação da Educação Popular no Brasil hoje, diria que estamos no caminho certo. Há muito, ainda, que fazer. Não basta a boa vontade, é preciso coragem, determinação e formação na perspectiva dos Direitos Humanos. Não basta ser tecnicamente competente, é necessário amar a pessoa humana. A dignidade da pessoa humana passa pelos seus direitos de ter Direito. Neste aspecto, vocês me deram uma lição de vida. A começar pela Mulher que emprestou o seu nome a Fundação, Margarida Maria Alves, que com certeza está

bem representada pela ação pedagógica e pelos enfrentamentos que vocês [equipe diretiva] têm enfrentado.

Segue destacando que a Educação Jurídica Popular tem o mérito de fomentar instrumentos de luta para que toda pessoa humana possa viver com dignidade. "A transformação Social é subliminar na proposta da Fundação Margarida Maria Alves e da AATR. Acredito neste papel social do Direito e da Pedagogia - o de superação da desigualdade social por meio de um projeto libertador construído a partir dos movimentos de luta e do protagonismo popular.

Enquanto a tese não torna-se livro, você pode conferi-la em nosso site ([www.fundacaomargaridaalves.org.br](http://www.fundacaomargaridaalves.org.br)), na sessão Campanha Margarida na Memória em Reproduções.

## Adquira nosso livro sobre trajetória e metodologia do Curso de Formação de Juristas Populares



Publicado em setembro de 2018, o livro **Formação Jurídico-Popular** é o registro da experiência da Fundação Margarida Maria Alves na educação popular para o Direito com o Curso de Formação de Juristas Populares.

Segundo Vera Rodrigues, responsável pela pesquisa e sistematização, "no livro buscamos proporcionar o conhecimento

da trajetória dessa experiência, passando pelos desafios que foram sendo enfrentados na sua realização desde a primeira turma em 1999 até a 15ª."

O livro contém 104 pgs. e pode ser adquirido ao preço de R\$ 25,00 presencialmente em nossa sede (dinheiro e cartão de crédito) ou via nosso e-mail (depósito bancário).

## Coletivo Bocas Negras realiza ação de educação popular em João Pessoa

Diversas são as dificuldades da população negra, principalmente de baixa renda, para chegar ao fim do ensino fundamental, médio e ainda mais as universidades.

Pensando em ajudar nas chances dessa faixa da população paraibana o Coletivo **As Bocas Negras** realiza um cursinho popular pré-ENEM voltado às populações dos bairros de Timbó, Bancários, Mangabeira e Valentina, que são onde a maioria dos estudantes residem.

Os professores são todos voluntários, formados ou ainda na graduação, e as aulas acontecem aos sábados em uma escola pública do bairro dos Bancários.

Matheus Teixeira, diretor executivo do Coletivo, destaca que participar de um coletivo onde o objetivo principal é a manifestação plena da cidadania de homens, mulheres e crianças, negros e negras, é engrandecedor.

"Sendo um homem negro, nascido e criado na periferia, é gratificante poder promover esses valores e repassá-los aos que menos tem oportunidades, principalmente tendo eu recebido muito mais privilégios que a grande



**Aulas acontecem em escola pública no bairro dos Bancários**

maioria, pois, fui bolsista em excelentes escolas particulares. Termina sendo um trabalho extremamente recompensador e consigo enxergar muitos outros que, com as oportunidades certas, poderão alcançar seus objetivos de vida."

Em relação a educação brasileira do ponto de vista da negritude e das pessoas de baixa renda, ele aponta que ela precisa mudar muito para adequar-se aos moldes da negritude.

"Nossa história não é ensinada, a história dos povos africanos trazidos à força ao nosso país não é contada do ponto de vista deles, e sim dos colonos. As histórias dos povos originários e nativos do nosso território são absurdamente omitidas. O ensino normalmente é repassado visando às aprovações dos estudantes. Infelizmente, não podemos abrir mão da didática

conteudista - inevitável, pois o ENEM é o mais conteudista possível - mas podemos ensinar tudo que seja necessário, mantendo a harmonia entre ensinamentos para a vida e conteúdos para o ENEM".

Para Matheus, "a educação popular é essencial em inúmeros aspectos, no entanto, foco no principal: emancipação. A educação popular, do povo para o povo, promove muito mais do que educação por aprovação. O respeito, a humanidade, a humildade, as diferenças. Através destas qualidades, construímos não só estudantes, mas seres humanos".

Por ser uma organização sem fins lucrativos, o Coletivo sobrevive de doações diretas (dinheiro) ou indiretas (alimentos).

Mais informações pelo Instagram: [@asbocasnegras](https://www.instagram.com/asbocasnegras)